

HORIZONTES DE TRANSFORMAÇÃO COLETIVA: Avaliação crítica do projeto Hortas Urbanas UFPel 2017-2024

MARIA FERNANDA GHISI¹; MARIANE D'AVILA ROSENTHAL²; GIOVANA OLIVEIRA³

¹*Universidade Federal de Pelotas – mariafernandaghisi@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – rosenthal.mariane@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Hortas Urbanas, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), surgiu em 2017 como iniciativa extensionista voltada à produção de hortas na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), promovendo diálogos sobre alimentação saudável e sustentabilidade urbana. Desde então, buscou articular universidade e sociedade em torno da produção de alimentos saudáveis em territórios comunitários, desde associações de moradores, escolas, organizações sociais e unidades de atendimento à saúde da população, contrapondo-se à lógica capitalista de produção do espaço urbano, donde a urbanização crescente tende a afastar os sujeitos dos processos de cultivo e das práticas coletivas relacionadas ao alimento.

Seus princípios se ancoram na Racionalidade Ambiental, proposto por Enrique Leff (2006) como uma alternativa crítica à racionalidade econômica dominante. Para o autor, essa perspectiva busca construir outras formas de relação entre sociedade e natureza, que não reduzam esta a ideia de recurso, mercadoria ou insumo para a produção, mas que seja capaz de compreender e valorizar a complexidade das relações ecológicas que se estabelecem entre o humano e o meio. Para tal, Leff reafirma a urgência de diálogo entre a ciência moderna, os saberes tradicionais e os conhecimentos locais, a fim de pluralizar as formas de conhecer e manejar a vida e construir caminhos de pautar a reconstrução da base social a partir da natureza.

Assim, o projeto Hortas Urbanas valoriza a educação popular como metodologia de atuação, estimulando a construção coletiva do conhecimento e o diálogo entre saberes acadêmicos e populares através de oficinas teórico-práticas e o protagonismo das comunidades na criação e gestão das hortas. Entre os objetivos centrais, destacam-se: fomentar a autonomia alimentar em diferentes territórios urbanos; estimular a reflexão sobre sustentabilidade e saúde coletiva; fomentar práticas agroecológicas e tecnologias sociais na produção; e promover a universidade como espaço público comprometido com a transformação social. Ao longo de sua primeira fase (2017–2024), o projeto implementou 22 hortas em diferentes espaços, buscando sempre dialogar com as perspectivas, desejos e demandas específicas de cada território.

Neste contexto, a pesquisa apresentada buscou avaliar a trajetória dessas hortas já implementadas, de modo a compreender desafios, dificuldades e potencialidades, e a partir disso, subsidiar novas ações e propostas que fortaleçam novas fases do projeto e seus vínculos com as comunidades envolvidas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da pesquisa-ação, entendendo que o Projeto Hortas Urbanas não se limita à implementação de canteiros, mas constrói processos formativos e políticos junto às comunidades. Nesse sentido, a investigação partiu da própria prática extensionista, identificando a necessidade de avaliar a realidade das hortas implementadas desde 2017, como forma de qualificar a nova fase do projeto. Foram visitadas 14 das 22 hortas implementadas pelo projeto entre 2017 e 2024. Destas, 5 localizam-se em Unidades Básicas de Saúde (UBS), 3 em escolas, 2 em Órgãos Não Governamentais (ONGs), 3 em espaços comunitários e 2 em outros tipos de instituições ou espaços particulares. A metodologia articulou duas frentes: visitas de campo, quando possível observar a situação atual das hortas, e entrevistas semiestruturadas, realizadas com responsáveis diretos ou indiretos pela manutenção dos canteiros. As entrevistas buscaram compreender tanto os fatores que favoreceram quanto aqueles que dificultaram a continuidade das experiências, levantando percepções sobre a relevância social, pedagógica e comunitária das hortas, bem como as perspectivas de continuidade ou retomada da produção hortícola pelas comunidades.

Esse movimento de investigação ocorreu de forma isolada, mas como parte de um esforço de escuta ativa e de diálogo com os sujeitos envolvidos, visando não apenas descrever realidades, mas coletivamente pensar e propor soluções para os desafios encontrados. Assim, a pesquisa também fortaleceu o elo entre universidade e comunidades, reafirmando o caráter da extensão como via de mão dupla, em que o saber acadêmico e os populares se encontram para a construção de alternativas sociais.

3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

A avaliação das hortas evidenciou diferentes trajetórias, marcadas tanto por dificuldades estruturais quanto por potências sociais e pedagógicas. Dentre as 14 hortas visitadas, apenas 4 foram definitivamente encerradas e outras 3 definiram-se como em processo de retomada.

Nos espaços institucionais (UBS e escolas), a principal barreira identificada foi a falta de mão de obra para a manutenção das hortas. Dependentes do engajamento voluntário de profissionais da saúde e da educação — já sobrecarregados em suas funções —, essas hortas acabaram sendo vistas como atividades adicionais e, muitas vezes, secundarizadas pelas instituições. Em alguns casos, como na UBS Areal Leste, a parceria com a Universidade, a partir de projetos de extensão como Hortas Urbanas e PIC-RAS (Práticas Integrativas e Complementares na Rede de Atenção em Saúde) possibilitou a continuidade e fortalecimento da horta, tornando-se referência municipal na produção de plantas medicinais, que são receitadas à população usuária. Nas demais unidades, observou-se que, mesmo quando resistente, por falta de formação específica dos profissionais, a horta não cumpria seu papel social perante a população local, servindo para o desfrute pessoal dos e das trabalhadoras envolvidas diretamente na sua manutenção. A ausência de políticas públicas para a horticultura urbana e periurbana no município, portanto, revela-se um grande desafio para as hortas institucionalizadas, bem como evidencia o descompasso entre o reconhecimento da importância da alimentação saudável e o investimento em condições materiais e humanas para sustentá-la.

Nas ONGs, observou-se que o grau de vinculação da horta ao propósito central da instituição foi decisivo para sua continuidade. Em uma das

organizações, voltada à produção e distribuição de alimentos, a horta se consolidou como instrumento estratégico de atuação social, fortalecendo a missão institucional e ampliando a autonomia alimentar do território. Já na ONG com atuação mais diversificada, a horta, embora inicialmente concebida como espaço de diálogo comunitário sobre sustentabilidade e produção de alimentos, acabou sendo descontinuada. Isso ocorreu tanto pela limitação do número de pessoas envolvidas quanto pela dificuldade de articular o cultivo com outras demandas prioritárias.

As hortas comunitárias, construídas por moradores locais articulados, foram as experiências que mais resistiram e se reinventaram ao longo do tempo. Mesmo diante de restrições de recursos, esses espaços permaneceram ativos, sobretudo pela força do engajamento coletivo e do interesse comum da vizinhança. As hortas comunitárias mostraram-se capazes de gerar impactos que extrapolam a dimensão produtiva, tornando-se lugares de sociabilidade, lazer, aprendizagem e cuidado com a saúde mental. Nesses territórios, a horta atua como espaço de pertencimento, onde se fortalecem relações de solidariedade, trocas de saberes, experiências intergeracionais e práticas de autogestão.

De modo geral, os relatos reforçam que os impactos das hortas urbanas não se restringem à produção de alimentos ou à sustentabilidade ambiental. Elas operam como espaços pedagógicos e políticos, capazes de despertar consciência crítica sobre alimentação, território e modos de vida na cidade. Ao revelar tanto os limites institucionais quanto as potências comunitárias, a avaliação permite afirmar que a horta urbana, quando apropriada socialmente, pode se constituir como instrumento de resistência e emancipação, contribuindo para a construção de territórios do bem viver e para a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

4. CONSIDERAÇÕES

A avaliação realizada demonstra que as hortas urbanas só se mantêm de forma duradoura quando estão enraizadas em um interesse coletivo ou contam com apoio institucional estruturado. Nesse percurso, ficou evidente que a noção genérica de “sustentabilidade” não mobiliza as comunidades nem assegura o cuidado contínuo das hortas, pois muitas vezes é apropriada de forma abstrata e despolitizada. Mais do que projetos de sustentabilidade, as hortas urbanas devem ser compreendidas no marco da agroecologia e do comunitarismo como práticas políticas que disputam a cidade e afirmam territórios de bem viver, oferecendo bases concretas para fortalecer vínculos, articular solidariedade e promover saúde coletiva. Assim, mais do que iniciativas ambientais, as hortas devem ser compreendidas como práticas políticas que disputam a cidade e projetam a soberania alimentar. Nessa perspectiva, o Projeto Hortas Urbanas se reafirma não apenas como uma ação extensionista, mas como um espaço de educação popular e de construção de alternativas sociais para a produção e o consumo de alimentos em meio urbano.

Essa perspectiva também coloca em relevo o papel estratégico do projeto na disputa por políticas públicas de horticultura urbana e periurbana, capazes de reconhecer a importância social, ambiental e cultural das hortas na cidade. As experiências analisadas demonstram que, embora haja iniciativas vigorosas, a maioria das hortas ainda depende de algum nível de apoio da universidade para se manter. Com exceção de dois espaços, as comunidades demandam, em maior ou menor medida, acompanhamento técnico, pedagógico ou logístico da UFPel.

Isso revela uma fragilidade do projeto em sua primeira fase, na medida em que não conseguiu potencializar plenamente a autonomia das hortas e das comunidades.

Nesse sentido, a nova etapa do Projeto Hortas Urbanas deve assumir como prioridade o fortalecimento da autogestão comunitária e a construção conjunta de estratégias de permanência e resistência. Só assim será possível que as hortas se consolidem não apenas como canteiros produtivos, mas como territórios políticos de agroecologia, soberania alimentar e bem viver.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Tradução Luís Carlos Cabral – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.